

AVC 28 MAI 1988

2 □ 1º caderno □ sábado, 28/5/88

Coluna do Castello

Depende do dia o mandato

O processo parlamentar, por sua natureza, torna imprevisíveis desfechos de questões que dividem as assembleias. É o caso da definição do mandato do presidente José Sarney. A Constituinte, como se sabe, tem se mostrado sensível a oscilações nessa matéria como em outras. No momento, são generalizadas as impressões de que a maioria votará pelos cinco anos, mas a minoria ainda não desistiu de lutar pelos quatro anos. Um dos indícios de que o presidente conta com o apoio potencial da maioria, neste momento, é a preocupação das lideranças que lhe são hostis de reduzir o ritmo das votações e impedir que se produza desde logo a aprovação de um texto que favoreça o mandato presidencial de cinco anos.

Além dos embaraços naturais à votação de matérias como a que regulou a política familiar conciliando opiniões, há um evidente desejo de protelar a hora da votação das disposições transitórias, matéria que em si mesma se presta a debates prévios que poderão durar alguns dias ou se arrastar por algumas sessões. Por enquanto ainda não se caracterizou tecnicamente a obstrução, mas será essa uma prática parlamentar legitimada por longa tradição. Se vier a ser adotada, o presidente da Constituinte, sr. Ulysses Guimarães, nada poderá fazer para interrompê-la, travando-se um duelo de estratégias e táticas até que se esgotem os recursos regimentais para evitar a votação, ou até que a parte que se sinta minoritária, e por isso mesmo recorra a métodos obstrutivos, desista da luta pelo reconhecimento da sua inutilidade ou pelo prejuízo que eventualmente possa causar ao país.



Não se pode condenar o senador Mário Covas, líder do PMDB, se ele optar pela tentativa de explorar as clássicas perplexidades de membros de uma Assembleia, a fim de tentar encontrar o momento adequado para produzir uma votação que eventualmente possa favorecê-lo. O líder está atento ao problema, como revelou ao mostrar sua inconformidade com a tentativa do presidente da Assembleia de convocar uma reunião extraordinária para uma dessas manhãs. O sr. Ulysses Guimarães, no seu esforço de acelerar o processo, tem feito de tudo, menos o que não pode. Frustrar tentativas legítimas de obstrução está entre essas impossibilidades.

O presidente José Sarney que, pelas razões pessoais mas também de natureza pública, está ansioso pela conclusão dos debates e a definição final não só do seu mandato como de toda a nova Constituição, está aparentemente ciente das dificuldades e conformado com elas. Ele sabe, por exemplo, que se tivesse sido ontem a votação, os cinco anos teriam sido vitoriosos, mas também percebe que as oscilações políticas indicam que o resultado final estará sempre pendente da semana e do dia da sessão da Assembleia, na qual a matéria será posta em votação. Como não pode influir para acelerar ou retardar nada nesse capítulo, decidiu-se por realizar de qualquer forma, com ou sem votação, sua viagem a Nova York para falar perante a assembleia extraordinária da ONU.

Ele sabe que, para o destino do seu projeto político, a votação é essencial. Mas da mesma forma, ela o é também para o senador Mário Covas, como para os que o acompanham. O líder do PMDB está decidido a desligar-se do seu partido, mas a hora de anunciar sua decisão está pendente também do desfecho dessa questão política, senão da votação de todo o projeto constitucional. Seus companheiros do PMDB que, embora afinados ideologicamente com seu pensamento, permanecerão no partido, gostariam de que ele exercesse a liderança até a votação final da Constituição para defender, no segundo turno, as conquistas registradas no primeiro turno. Seus compromissos com a dissidência, no entanto, é que irão ditar a oportunidade para efetivar o rompimento ou até mesmo para rever sua atitude, se a tanto for induzido pelo desfecho da votação sobre o mandato presidencial e o comportamento da maioria do PMDB no episódio.

O provável é que, na próxima semana, quarta ou quinta-feira, o mandato entre afinal em votação. Há, no entanto, ainda o capítulo dos índios, a ser votado depois de concluídas as negociações para acordo, assim como há negociações abertas também para escolher o projeto de disposições transitórias a ser votado com prioridade. Qualquer opção pode influir no resultado final, tal a riqueza de alternativas que se abre à decisão dos constituintes. Há sempre, portanto, a hipótese de que o assunto ainda não seja decidido na próxima semana.